



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2021-0073

Torna-se Público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN**, sediada na Av. Getúlio Vargas, 1911, Centro, Pau dos Ferros/RN, CEP: 59.900-000, por meio do seu Pregoeiro o Sr. David Jhenison Soares Fernandes, designado pela portaria 331/2021 – SEGOV/PMPF, de 08 de julho de 2021, edição 2987/2021, publicada no Diário Oficial deste Município, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela lei complementar n° 147/2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

Data da sessão: 27 de setembro de 2021

Horário: 09:00 horas

Local: Av. Getúlio Vargas, 1911, Centro, Pau dos Ferros/RN.

Processo Administrativo: N° 115092101

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa para execução de serviços especializados de montagem industrial e de máquinas e equipamentos, destinados à implantação de unidades de abate de animais (bovinos, suínos, caprinos e ovinos), para suprir as necessidades do Abatedouro municipal de Pau dos Ferros - RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I - deste edital.

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Informamos que os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas referente a esta licitação se encontram alocadas no Orçamento Geral do Município, Exercício 2021, Unidade Orçamentária 5001 – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Ação 2054 – Manutenção do Açougue Abatedouro Municipal, Classificação Econômica 339039 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte 1001, e correrão à conta de receitas provenientes do Tesouro Municipal.

3. DO CREDENCIAMENTO



3.1. A partir de 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para realização da Sessão Pública, indicado no preâmbulo deste edital, e na presença do Pregoeiro, o licitante poderá se apresentar para credenciamento por um representante legal. Para tanto será obrigatória a apresentação de cópia autenticada dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, dos responsáveis legais da empresa e, se for o caso, do procurador outorgado. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; órgãos fiscalizadores de exercício de profissão (Ordens, Conselhos, etc.); Passaporte (ainda válido), certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

b. Procuração em nome da proponente, com reconhecimento de firma na assinatura, lavrada em cartório. No Caso de Sócio, Proprietário, Dirigente ou Assemelhado da Empresa Proponente, é suficiente a apresentação de cópia do respectivo estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), o qual deverá constar os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhes os poderes necessários.

c. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e demais alterações; ou ato constitutivo consolidado e aditivo (s) posterior (es), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedades por ações, além dos documentos já citados, acompanhado dos documentos de eleições de seus administradores;

d. Além dos documentos exigidos acima, a licitante que for MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, de 15 de dezembro de 2006, deverá anexar CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida na Junta Comercial da sede da licitante (emitida em até 60 dias anteriores ao certame) e Declaração de Tratamento Diferenciado para ME E EPP, caso a empresa tenha este porte (ANEXO III).

3.2. A falta da declaração e da certidão citadas na alínea “d” do item anterior implicará na não comprovação da condição de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE para esse certame, concorrendo a referida licitante em igualdade de condições com as demais participantes.

3.3. Caso o contrato social ou o estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de quaisquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Os documentos para credenciamento de que trata essa cláusula, deverão vir fora dos envelopes de proposta e habilitação, e apresentados em originais ou fotocópias, sendo estas autenticadas por tabelião de notas, pelo Pregoeiro ou por qualquer membro da Equipe de Apoio, neste caso nos termos do item 7.3, alínea “d” e “e” deste Edital.



3.5. A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com esta cláusula, ou ainda a ausência do representante, impedirá a licitante de participar dos lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita.

3.6. Será permitido o credenciamento de apenas um representante legal por empresa, vedada a participação de qualquer pessoa representando mais de um licitante.

3.7. Os interessados que enviarem os envelopes de proposta comercial e documentação sem representante credenciado deverão remeter, fora dos envelopes N° 01 e 02, as exigências que trata o item 4.1, alíneas “a” e “b”.

3.8. Concluído o credenciamento dos representantes será assinada a LISTA DE PRESENÇA com a identificação de todos os credenciados.

3.9. Todos os representantes das empresas deverão permanecer no local da sessão até o término dos procedimentos para assinatura da ata.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital. Deverão apresentar, junto dos documentos do Credenciamento, fora dos envelopes 01 e 02, as seguintes exigências:

- a. Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação (MODELO DO ANEXO II);
- b. Envelopes devidamente lacrados e opacos, contendo os caracteres da forma a seguir:

ENVELOPE 01

PROPOSTA DE PREÇO

P. Presencial nº **6/2021-0073-PMPF**

Razão Social da empresa:

CNPJ:

Data e hora da abertura:

ENVELOPE 02

HABILITAÇÃO

P. Presencial nº **6/2021-0073**

Razão Social da empresa:

CNPJ:

Data e hora da abertura:

4.2. Decorrido o horário supracitado para a abertura do procedimento licitatório, o Sr. Pregoeiro, a seu exclusivo critério, poderá conceder tolerância de **15 (quinze) minutos**, prorrogáveis também a seu exclusivo critério, para o início da sessão. Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

4.3. Todos os documentos deverão ser entregues impressos em papel timbrado, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo aqueles que não forem apresentados em papel timbrado trazerem a razão social ou denominação social, além de todos os dados cadastrais do emitente, em seu cabeçalho.



4.4. A ausência de dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega.

4.5. Caso, eventualmente, ocorra à abertura do Envelope nº 02 (Habilitação) antes do Envelope nº 01 (Proposta de Preço), por equívoco, será novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o laço por todos os presentes.

4.6 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b. que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- c. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- e. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- g. que não tenham em suas atividades empresariais, Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, específico ou genérica que esteja englobado o objeto a ser licitado.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente conforme modelo previsto no ANEXO VII deste edital, através do Envelope nº 01 (Proposta de Preço), devidamente fechado, em uma única via, preenchendo os seguintes requisitos:

- a. Ser digitada em 1 (uma) via, numerada sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas e entregue no local, dia e hora preestabelecido no Edital, contendo a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, rubricadas todas as folhas, datada e assinada a última pelo representante legal, sobre carimbo com nome, identidade ou CPF.
- b. A empresa licitante deverá informar os seguintes dados bancários (o banco, o número da agência, o titular e o número da conta); bem como o nome, número da identidade, CPF e cargo de quem vai assinar o contrato.



c. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos de despesas, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o Serviço objeto do presente certame, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta.

d. Apenas nas licitações por lote, a proposta final, apresentada pelo licitante vencedor já adequada ao valor apresentado na fase de lances, deverá obrigatoriamente observar a mesma proporção/percentual de diferença dos preços constantes nos itens da proposta de preços inicial, a fim de se evitar o denominado jogo de planilha.

5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao desconto, pagamento, prazo ou a qualquer condição que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais ou omissões, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

5.3. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros aritméticos, e o preço global, anual ou mensal da proposta, se faltar.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de prestar os serviços nos seus termos.

5.6. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Caso a proposta seja omissa, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do ANEXO I deste Edital.

5.9. A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta de Preço e Habilitação com poderes para esse fim.

5.10. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida de acordo com os dados constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 02 (Habilitação).

5.11. É vedada a subcontratação, total ou parcial, da execução do objeto deste certame.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO PROCEDIMENTO



6.1. O julgamento das propostas, para fins de classificação, far-se-á por critérios objetivos de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo, portanto, desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.

6.2. O Pregoeiro classificará, para fase de lances verbais, a proposta que oferecer o menor preço e as propostas de valores de até 10% (dez por cento) superior àquela de menor preço, desde que apresentadas em conformidade com o Edital.

6.3. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida no item anterior, o Pregoeiro classificará as 03 (três) melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, desde que compatíveis com os preços praticados no mercado.

6.4. Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será observado primeiramente o disposto no § 2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93, e, caso permaneça o empate, será efetuado sorteio, durante a própria sessão pública, na presença dos licitantes interessados.

6.5. As licitantes com propostas escritas classificadas para a fase de lances verbais serão convocadas para apresentação de **lances verbais** e sucessivos de valores distintos e **decrecentes em relação ao menor lance ofertado**.

6.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.7. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.8. Após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE e houver proposta apresentada por MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

b. Não ocorrendo à contratação da MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será



realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

e. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

6.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.10. A proposta ou lance que apresentar valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero será desclassificada.

6.11. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.11.1. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro poderá abrir diligência para determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha de custos, notas fiscais de fornecimento/Prestação do serviço para outros órgãos, recibos ou outros documentos necessários para a devida comprovação.

6.11.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço, a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

6.12. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente pela sua aceitabilidade em conformidade com os termos do Edital. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva, sendo as ofertas ordenadas pelo critério de menor preço.

6.12.1. Não será aceita a proposta que contenha preços unitários com valores acima daqueles encontrados na Pesquisa Mercadológica constante no Termo de Referência, salvo se houver justificativa expressa devidamente aceita pelo Pregoeiro, mediante consulta ao Setor Demandante.

6.13. Após o resultado da fase de lances, e tendo a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope de habilitação da licitante que a tiver formulado, para verificar o atendimento das condições fixadas no Edital.

6.14. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO



7.1. Para fins de habilitação no presente certame deverá ser apresentada, através do Envelope nº 02 (Habilitação), obrigatoriamente, a seguinte documentação:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** O Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (**CCMEI**), no caso de MEI
- b)** registro comercial, no caso de empresa individual - Requerimento de Empresário;
- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de alterações, será admitido o estatuto ou o contrato social consolidado e aditivos posteriores (se houver);
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f)** CPF e Cédula de Identidade, ou outro documento de identificação com foto do Proprietário, diretores ou sócios

Observação: Caso já tenham sido apresentados no momento do credenciamento para este Pregão, os documentos relacionados nas alíneas “b”, “c” e “d” não precisarão constar do envelope de documentos para habilitação.

7.1.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1.2.1. Apresentar 1 (um), ou mais, Atestado de capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a empresa forneceu/prestou o serviço ou está fornecendo/prestando o serviço, a contento, os produtos/serviços objeto em características compatíveis ao deste Pregão.

7.1.2.1.1 – O atestado deverá ter sua assinatura reconhecida em cartório.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

7.1.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante.

7.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com seus respectivos registros no órgão competente, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, registrados em órgão competente.

7.1.3.3. As empresas que tiverem comprovado no credenciamento, o enquadramento como ME e EPP, terão tratamento diferenciado, garantido na Lei Complementar 123/06, podendo apresentar demonstrações contábeis simplificadas (**NBC T 19.13 - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**), apresentando



Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, nas formas da norma supramencionada, também com seus respectivos registros no órgão competente.

7.1.3.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de **BALANÇO DE ABERTURA**, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante

7.1.3.5. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.1.3.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.1.3.7. Fica desobrigado da apresentação de Balanço patrimonial o Microempreendedor Individual – MEI

7.1.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.1.4.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, expedido pela Receita Federal;

7.1.4.2. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.1.4.3. Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com a Receita Federal do Brasil;

7.1.4.4. Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.1.4.5. Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débito do Município do domicílio ou sede do licitante;

7.1.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

7.1.5 DECLARAÇÕES



- a) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (ANEXO V)
- b) Declaração de não parentesco com a administração pública (ANEXO IV)
- c) Declaração de fatos impeditivos (ANEXO VI)

7.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.3 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Equipe de Apoio/Pregoeiro ou publicação em Órgão da imprensa oficial e:

- a. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- b. Não serão aceitos os documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas.
- c. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e/ou julgar necessário.
- d. Somente serão autenticadas as cópias mediante apresentação dos originais dos respectivos documentos, não sendo admitida como original a apresentação de cópia autenticada pelo cartório para suprir tal finalidade.
- e. A apresentação de cópias de documentos sem autenticação desacompanhados do original implicará na inabilitação/desclassificação da licitante.
- f. Os documentos necessários para classificação da proposta poderão ser autenticados até o ato de abertura do envelope de proposta de preço, caso seja apresentado de forma imediata pelo licitante os respectivos documentos originais.

74. Os modelos anexados a este Edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento ou desclassificação, a apresentação de declarações que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

75. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades serão inabilitadas.



76. Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos através de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet, no momento da fase de habilitação.

77. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE terão **prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis**, contado da decisão do pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

78. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura de Pau dos Ferros/RN, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

79. As licitantes MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar, sob pena de inabilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente restrições.

710. Constatado o atendimento pleno da proposta e da habilitação de conformidade com os termos editalícios, será declarado vencedor, sendo-lhe em seguida adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, caso não haja apresentação de recurso ao julgamento do Pregoeiro.

711. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

712. O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um valor mais baixo

713. Após divulgado a licitante vencedora, a proposta escrita da licitante não credenciada será incluída, também, no rol das classificadas.

714. Ao termino da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, onde serão registradas todas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e os representantes das licitantes.

715. A ausência do licitante, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública implicará a preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata.

716. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes proposta de preço e habilitação em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão



consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

7.17. A interrupção dos trabalhos de que trata o item anterior somente dar-se-á, em qualquer hipótese, antes ou após a etapa competitiva de lances verbais.

7.18. Os envelopes não abertos e rubricados no fecho, obrigatoriamente, pelo pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão sob a guarda do pregoeiro até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

7.19. Qualquer reclamação deverá ser feita durante a reunião pelos representantes legais das licitantes presentes, mediante registro na ata respectiva.

7.20. Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.

7.21. A abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação será realizada sempre em sessão pública, devendo o pregoeiro elaborar a ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio, e pelos representantes das licitantes presentes à sessão.

8 DO RECURSO

8.1 O pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, se for o caso, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, com o devido registro em ata da síntese de suas razões.

8.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

8.2.1 nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

8.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

8.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentação formal das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3 O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, remetendo - o, de ofício, à autoridade competente para decisão final.



8.4 os recursos serão decididos de acordo com o regramento constante nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, nos termos da Lei N° 8.666, de 1933–

8.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá, em regra, efeito suspensivo.

8.7 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.5 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.1 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará mediante publicação de nota no Diário Oficial deste Município, neste caso cabendo aos interessados acessá-la para a obtenção das informações prestadas, ou, ainda, encaminhadas via e-mail às empresas que tenham retirado o edital através do site oficial da prefeitura.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11. DO CONTRATO



11.1. A Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN convocará oficialmente a licitante vencedora, para, no prazo máximo de até 3 (três) dias, assinar o contrato ou instrumento equivalente, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito ao serviço, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.3. É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, ou não apresentar situação regular, convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, observado o disposto na legislação em vigor.

11.4. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

11.5. O prazo de vigência da contratação é de três meses contados do (a) vigência do contrato prorrogável na forma do art. 57, incisos II, da Lei nº 8.666/1993.

11.6. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (cinquenta por cento), do valor inicial atualizado, na forma do § 1º do art. 65 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

12. DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constitui motivos para a rescisão do presente contrato a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, observadas as suas ulteriores alterações.

12.2. A rescisão deste contrato poderá ser procedida consensualmente pelas partes, ressalvados os seus respectivos direitos e responsabilidades.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.5 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência - ANEXO I deste Edital.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Ordem de Compra - ANEXO I deste Edital.



14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 As sanções administrativas estão elencadas no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital

15 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Informamos que os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas referente a esta licitação se encontram alocadas no Orçamento Geral do Município, Exercício 2021, Unidade Orçamentária 05.001 – Secretaria de Desenvolvimento Rural, Ação 2055 – Manutenção do Açougue Público, Classificação Econômica 339036 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física. Classificação econômica 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Jurídica, Fonte 1001.

16. DO PAGAMENTO

16.1 - O prazo para pagamento será de até **30 (trinta)** dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento, conforme estabelece a resolução 032/2016 TCE/RN.

16.2 - Para habilitar-se ao pagamento a contratada deverá protocolar na Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, Nota Fiscal/Fatura, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando o abastecimento e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada por pessoa designada pela Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros.

16.3 - Na elaboração da Nota Fiscal/Fatura correspondente, a Contratada fará constar o quantitativo total de litros consumidos, o somatório total dos valores correspondentes ao quantitativo abastecido.

17. DAS PENALIDADES

17.1 - As Penalidades estão elencadas no Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

18 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 Até o **02º (segundo) dia útil** que anteceder a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão.

18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail licitapmpf@gmail.com, ou de forma presencial, no endereço da comissão, citado no preâmbulo deste edital.

18.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.



18.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, salvo se a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro na forma eletrônica, preferencialmente, pelo e-mail, licitapmpf@gmail.com ou de forma presencial, no endereço da comissão.

18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 À autoridade competente, na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se o direito de anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

19.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, apontando as falhas ou irregularidades que o viciarem, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a entrega da proposta, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

19.4 Na contagem dos prazos deste Edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal desta entidade, o qual compreende o horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira (horário local).

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 A participação nesta licitação implica aceitação plena e irrevogável das normas

19.7 Constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

19.8 O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta de preço, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os



princípios da isonomia e do interesse público.

19.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11 Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a LC 123/2006, e, subsidiariamente, das normas constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações.

19.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.12.1** ANEXO I - Termo de Referência;
- 19.12.2** ANEXO II – Modelo de Declaração de Habilitação;
- 19.12.3** ANEXO III - Declaração de Tratamento Diferenciado Para ME E EPP
- 19.12.4** ANEXO IV – Declaração de não Parentesco Com a Administração Pública
- 19.12.5** ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalhador de Menor;
- 19.12.6** ANEXO VI – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;
- 19.12.7** ANEXO VII – Modelo de Proposta de Preço;
- 19.12.8** ANEXO VIII – Minuta do Contrato

Pau dos Ferros/RN, 15 de setembro de 2021.

David Jhenison Soares Fernandes
PREGOEIRO OFICIAL
Port. Nº 331/2021



PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2021-0073
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo a Contratação de empresa para execução de serviços especializados de montagem industrial e de maquinas e equipamentos, destinados à implantação de unidades de abate de animais (bovinos, suínos, caprinos e ovinos), para suprir as necessidades do abatedouro municipal pertencente ao município de Pau dos Ferros.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
1.	Serviço de montagem de trilhagem aérea. Linha alta, intermediária, tendal baixo e de apoio no box suíno e caprino/ovino, incluindo câmara fria (ver planta).	52	M
2.	Serviço de confecção e montagem de box de atordoamento bovino, tipo basculante, trava porta da seringa com peso de equilíbrio (ver situação da obra de engenharia), incluído a porta tipo guilhotina.	01	UND
3.	Serviço de confecção de box de atordoamento suíno, caprino/ovino com roldanas e trava de segurança.	01	UND
4.	Serviço de montagem das serras (itens 05 e 12) com sistema de sustentação em barras e roldanas, peso de equilíbrio e posicionamento das plataformas.	02	UND
5.	Serviço de montagem de guinchos (itens 04,06 e 07), com confecção de estrutura reforçada no guincho de sangria e traspasse com adaptação de 02 polias (100 e 200mm), ver alças e cabos de aço na posição de içamento.	03	UND
6.	Serviço de confecção e montagem de plataformas (item 11-a, b e c), com escadas e corrimões, ver distancias das normas do RISPOA com dobras e redobras nas folhas de alumínio xadrez.	03	UND
7.	Serviço de confecção e montagem dos sistemas de desníveis (frenagem) (itens 08-a, b e c com inter-relação com desvio da balança de tendal).	02	UND
8.	Um sistema saindo do quadro elétrico predial existente, iniciando-se com disjuntor trifásico de 40 AMP e extensão de todos os pontos de consumo com derivações para todos equipamentos constantes da planta, bem como chaves magnéticas de partida dimensionadas para os equipamentos.	01	UND
9.	Serviço de instalação de caldeira, desde a adaptação da grelha e cinzeiro até os bicos, observar todos os itens	01	UND



	de segurança e linha com proteção térmica e abastecimento manual.		
10.	Serviço de instalação de linha de ar comprimido, rede elétrica, sistema de lubrificação e ligação com pistola pneumática.	01	UND
11.	Serviço de instalação de “bastão elétrico de atordoamento” com rede elétrica monofásica e gancho de atrelamento de cabo ao sistema.	01	UND
12.	Montagem e instalação de uma câmara de refrigeração na seguinte dimensão H=3,5 m x C=4,20m x L=2,80m composta por tendais e alças de recebimento das carcaças com motor e evaporador compatível.	01	UND

OBSERVAÇÕES:

- I. Observar rigorosamente os quantitativos disponibilizados para montagem (materiais, máquinas e equipamentos) por ocasião de assinatura do contrato;**
- II. Todos os guinchos devem ter o acoplamento de redutor/motor usinados e posicionados na linha de montagem;**
- III. Não serão fornecidos materiais de consumo: parafusos, porcas, arruelas, fita isolante, abraçadeiras, cliques, etc. Estes correrão por conta da contratada;**
- IV. Observar os quantitativos para cada unidade constante nos anexos 01, 02 e 03.**

3. JUSTIFICATIVA

O Município de Pau dos Ferros recebeu do Governo do Estado do Rio Grande do Norte maquinários e equipamentos para a estruturação das instalações no seu abatedouro municipal, cabendo a este arcar apenas com a contratação de responsável pela instalação de tais máquinas e equipamentos.

Sendo assim, a Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros celebrou com a EMATER/RN, para se responsabilizar quanto a contratação de empresa especializada para a instalação dessas máquinas e equipamentos, sob pena de não cumprimento dessa condição, sofrer a perda dos bens adquiridos.

Portanto, é dever da Administração Municipal dotar as unidades de abate de animais de equipamentos e utensílios a partir da efetiva montagem industrial em atendimento as exigências da inspeção sanitária de alimentos de produtos de origem animal.

Entende-se, assim, que a execução dos serviços solicitados e aquisições de máquinas, equipamentos e materiais de montagem serão efetivamente implantados nestes empreendimentos em benefício dos criadores destes municípios e da população em geral.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO SERVIÇO:

4.1. Correrão por conta da licitante contratada as despesas com fretes, seguros e demais custos advindos da execução dos serviços de montagem industrial;



4.2. Não serão admitidos para efeito de recebimento dos serviços, quaisquer erros na montagem das máquinas, equipamentos e utensílios que estejam em desacordo com o RIISPOA - Regulamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, neste sentido, a contratada fará a reposição dos materiais desperdiçados;

4.3. Correrão por conta da contratada os materiais de consumo nos serviços de montagem industrial: parafusos, porcas, arruelas, fita isolante, abraçadeiras, cliques, etc e por conta da contratante: máquinas, equipamentos, utensílios, ferragens em aço carbono restritos a montagem na conformidade com a planta anexa a este termo de referência, onde suscitam a relação de materiais entregues;

4.4. Correrão por conta da contratada: serviços de usinagem, eixos e polia, necessárias a adequação dos guinchos de sangria e transpasse e alça de içamento, fornecidos pela contratante na posição indicada nas plantas de montagem;

5. DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência deste contrato se inicia da data da assinatura, permanecendo em vigor até o pleno uso de todas as instalações contratadas pelo prazo de um (01) ano.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Será feita através de ordem bancária na conta da licitante contratada, no prazo não superior a 30 dias após o recebimento definitivo. Para a efetivação do pagamento, a licitante contratada deverá fazer constar no corpo da nota fiscal correspondente emitida sem rasura, em letra legível em nome Do Instituto De Assistência Técnica E Extensão Rural Do Rio Grande Do Norte – EMATER/RN, CNPJ 08.281.073/000.1-00, informando o nome da conta bancária, nome do banco e conta bancária.

6.2. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer bônus para a EMATER/RN.

6.3. A contratante não aceitará cobrança bancária.

6.4. O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA através da ordem bancária indicada no corpo da nota fiscal, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ocorrer o crédito.

6.5. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada com no mínimo 10 (DEZ) dias de antecedência ao vencimento.

6.6. Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a contratada deverá fazer provas de estar em dia com o recolhimento de encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS nos termos do artigo 31 da lei 8.212, alterada pela lei nº 9711, de 20 de novembro de 98 e do FGTS.



6.7. As comprovações serão feitas através de cópias autenticadas das certidões negativas e anexados a nota fiscal/fatura.

6.8. A não apresentação dos documentos exigidos para o pagamento dos serviços prestados, assegura a CONTRATANTE o direito de sustá-lo, bem como os pagamentos seguintes, sem que sobre os valores ocorram multas ou qualquer outro fator de correção.

6.9. Todos os valores decorrentes da prestação dos serviços objeto do contrato serão recebidos exclusivamente pela CONTRATADA. A CONTRATANTE não receberá qualquer valor a título de pagamento pela exploração dos serviços junto aos usuários.

6.10. Os aceitos formais para faturamento só poderão ser emitidos pelos servidores da CONTRATANTE devidamente credenciados.

6.11. Os valores serão considerados fixos e irrevogáveis durante os meses de vigência contratual.

6.12. A contratante reserva-se ao direito de suspender o pagamento se os equipamentos e utensílios estiverem em desacordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

6.13. Caso a CONTRATADA seja optante pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – SIMPLES, deverá apresentar junto à Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar retenção dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7. DAS OBRIGAÇÃO DAS PARTES

7.1. À CONTRATADA compete:

7.1.1. Fornecer conforme especificações e quantidades solicitadas no subitem 2 (2.1, 2.2, 2.3 e 2.4) e mais os cumprimentos requeridos nos subitens 4.1 ao 4.6 deste Termo de Referência de uma só vez, no prazo máximo de 50 dias corrido, contados a partir da retirada da Ordem de Serviço.

7.1.2. Efetuar a troca/substituição no prazo máximo de dez (10) dias corridos, de qualquer equipamento e utensílio fornecido na montagem industrial a EMATER/RN que comprovadamente estiver fora das especificações contidas na proposta, ou, em caso quando se verificarem vícios, defeitos de fabricação ou incorreções, sem qualquer ônus adicional para o referido órgão, ou quaisquer outros que reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venha a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para sua ocorrência, não tenha contribuído por ação ou omissão a EMATER RN.

7.1.3. A CONTRATADA é responsável direta pela montagem industrial de máquinas, equipamentos e utensílios, e conseqüentemente responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que na execução dele venha direta ou indiretamente a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

7.1.4. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a EMATER RN ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.



7.1.5. Assegurar à EMATER/RN a garantia do produto deste contrato contra defeitos de montagem e funcionamento pelo prazo mínimo de um (01) ano a ser contado da data da emissão do termo de recebimento definitivo.

7.1.6. Garantir a assistência técnica em até 24 horas, quando solicitado pela EMATER/RN durante todo o prazo de garantia dos serviços prestados para correção de defeitos, falhas ou problemas técnicos que porventura venha a existir nos referidos produtos sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

7.1.7. A garantia cobrirá todas as despesas com reposição das metas utilizadas ou retrabalho, visitas técnicas, transporte e manutenção corretiva.

7.1.8. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA: os consertos, quando for o caso, deverão ser feitos no local da execução dos serviços de montagem industrial conforme determina o objeto.

8.1. À CONTRATANTE compete:

8.2.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo e as condições estabelecidas no edital.

8.2.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, bem como, aplicar a licitante CONTRATADA, as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso.

8.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o edital;

8.2.4. Assegurar o acesso dos empregados da licitante CONTRATADA ao local onde serão entregues os produtos objeto deste termo de referência.

8.2.5. Efetuar o recebimento dos serviços de montagem industrial, objeto deste certame através da comissão designada para este fim, ou servidor designado pelo Diretor da EMATER/RN, fornecendo comprovante à licitante CONTRATADA.

8.2.6. Verificar, através da comissão, o servidor mencionado no inciso anterior, se os equipamentos estão em estrita conformidade com as especificações e características consignadas na respectiva proposta de preços da licitante CONTRATADA.

8.2.7. Comunicar a licitante contratada de imediato, qualquer irregularidade contratada na execução dos serviços de montagem industrial exigindo que o mesmo adote as providências necessárias para sanar os problemas.

8.2.8. Sustar o recebimento dos serviços contratados e não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços da licitante CONTRATADA.

8.2.9. Exigir sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a contratação da licitante e habilitação no processo licitatório.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de participação no presente pregão.

9.2. Apresentação de no mínimo dois (02) atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificadas, que comprovem



ter a licitante executado de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objetivo desta licitação.

9.3. Comprovação de registro do responsável técnico pela instalação e testes de funcionamento da empresa no CREA - Conselho Regional De Engenharia Arquitetura E Agronomia.

9.4. Apresentar declaração de visita prévia, mínimo de cinco (05) dias antes da data fixada para o pregão, para todos os conhecimentos da situação do local a ser executado a montagem industrial dado por técnicos indicados pela EMATER/RN, que esteja devidamente identificada e com certidões, endereços, Alvará Municipal, CNPJ, estatuto de criação e RT do profissional no CREA/RN.

9. DA GARANTIA

10.1. Os serviços de montagem industrial deverão ter garantia contra defeitos de montagem e funcionamento pelo prazo mínimo de um (01) ano a ser contado do recebimento definitivo.

10.2. A garantia cobrirá todas as despesas com reposição de metais utilizados ou retrabalho, visitas técnicas, transporte e manutenção corretiva, sem qualquer ônus adicional para EMATER/RN.

10.3. A assistência técnica de manutenção para correção de defeitos, falhas e/ou problemas técnicos que porventura venham a existir, quando solicitado pela CONTRATANTE, deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

10.4. A assistência técnica durante o período de garantia deverá ser prestada no local da entrega do objeto, devendo ser informado na proposta o responsável (ou empresa) ou empresa, pelo serviço, sendo que qualquer despesa com frete (se necessário retirada para o conserto) neste período será por conta da licitante vencedora.

10.5. Para os casos onde a contratada localizar se há mais de 200 km dos locais indicados para execução dos serviços, é exigido contrato de terceirização da assistência técnica (metalúrgica ou oficina) especializada em manutenção das máquinas e equipamentos objeto deste certame com endereço no estado do Rio Grande Do Norte.

10. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização dos serviços de montagem industrial será exercida por um representante da EMATER/RN, que para isto indicará um técnico especialista em agroindústria do quadro funcional da EMATER/RN, designado pelo Diretor Geral com capacidade técnica para acompanhamento dos processos executados no processamento e manuseio dos produtos da carne e sub produtos advindos do fluxo da unidade agroindustrial.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade



inferior, e, na ocorrência desta, não implica em qual responsabilidade da administração ou de seus agentes e propostos em conformidade com o artigo 70 da lei 8666 de 1993.

11. TIPO DE LICITAÇÃO

11.1. A contratação dos serviços especificados neste termo será realizada por meio de processo de licitação cabível, e para tanto, sugerimos a forma PRESENCIAL por tratar-se de serviços metalúrgicos de execução local e modulados em plantas de construção civil nos tamanhos especificados no objeto.

11.2. Entendemos que, na maioria dos itens descritos acima trata-se de contratação e montagem de estruturas sob medida e suas utilizações referem-se a cada operação no processo de abate e que requer acompanhamento permanente do corpo técnico da prefeitura municipal de Pau dos Ferros/RN.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, a serem aplicadas pela autoridade competente, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Informamos que os recursos destinados às despesas decorrentes da compra dos produtos pretendidos pelo Poder Público Municipal se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, no exercício de 2021, e correrão à conta de receitas provenientes do Tesouro Municipal.

14. O FORO COMPETENTE

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros/RN, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Pau dos Ferros/RN, 2021.

ERICO DANTAS DE SOUZA
Gerente de Compras



PREGÃO PRESENCIAL Nº __/___-PMPF/RN
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Declaração de cumprimento das condições de Habilitação nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02)

(nome da empresa) _____, inscrito(a) no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no Edital do **Pregão Presencial nº __/___-PMPF**.

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

*IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO



PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___-PMPF/RN
ANEXO III DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara** que se enquadra na condição de **(MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)** e que **deseja usufruir do tratamento diferenciado e favorecido** previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Federal Complementar Nº 147 de 7 de agosto de 2014.

Local, _____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

*IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO



PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___ – PMPF/RN
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(DECISÃO Nº 190/2010 – TCE/RN)

A _____, SOB O Nº CNPJ:
_____ INSC. EST. N.º _____, SITUADA NA
RUA _____, BAIRRO _____, CEP _____,
POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, _____, PORTADOR
DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº _____ E DO CPF Nº _____,
DECLARA, especialmente para o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº **6/2021-0073**, que
em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com
a Prefeita Municipal, Vice-Prefeito, Secretários ou equivalentes, por matrimônio ou
parentesco, afim ou consanguíneo, ou por adoção. Ainda, Vereador ou empresa de que
seja ele dirigente ou representante, em atenção a Decisão nº 190/2010 – TCE/RN.

Local, _____ de _____ de _____.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

*IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO



PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___ – PMPF/RN
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR DE
MENOR

(nome da empresa) _____, inscrito(a) no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade no
_____ e do CPF no _____, DECLARA, para fins do
disposto no item inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Local e data)

(representante legal)

*IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO



PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___ – PMPF/RN

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, para os devidos fins no disposto do § 2º, do Art. 32, da Lei 8.666/93, que até o momento desta licitação, inexistem fatos que impeçam a participação neste procedimento licitatório.

(Local e data)

(representante legal)

*IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO



PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/___ – PMPF/RN

ANEXO VII - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN

Prezados Senhores:

Apresentamos a V. Sa nossa proposta para o objeto do Pregão Presencial nº _____, declarando que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital de licitação e seus anexos, conforme demonstrativo abaixo de nossa proposta de preço:

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

Fax:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:.....Agência:.....Conta

Corrente:.....

Prazo de validade desta proposta: 60 (Sessenta) dias (mínimo).

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$

(local e data)

(nome e assinatura do representante legal)



**PREGÃO PRESENCIAL N.º _____ – PMPF/RN
ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº ____/2021, REFERENTE À
CONTRATAÇÃO DE _____, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS
FERROS E A EMPRESA _____**

O MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ nº 08.148.421/0001-76, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 1.323, Centro, Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **MARIANNA ALMEIDA NASCIMENTO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 001.561.322, inscrita no CPF nº 065.677.944-61, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº ____/____/____, com sede à Rua _____, nº __, Bairro __, Cidade __, CEP: __, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF: xxx.xxx.xxx-xx, RG nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº __, Bairro __, Cidade __, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente da(o) **modalidade de licitação nº x/2021-XXXX**, Processo Administrativo nº xxxxxxxx, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para execução de serviços especializados de montagem industrial e de máquinas e equipamentos, destinados à implantação de unidades de abate de animais (bovinos, suínos, caprinos e ovinos), para suprir as necessidades do Abatedouro municipal de Pau dos Ferros - RN

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de __ (__) meses, contados da data da sua assinatura e encerramento em __/__/20__

2.2. O contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses), desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor da contratação é de R\$ _____ (_____)



3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, exercício 2021, através da Unidade Orçamentária xxxx – Secretaria de _____, Ação xxxx – Manter as Ações e serviços atinentes a área de _____, Classificação Econômica xxxxxx – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Fonte xxxx – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – _____, e correrão à conta de receitas provenientes do Tesouro Municipal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, como prevê a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2. O pagamento da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, fica condicionado ao cumprimento dos critérios da Ordem cronológica, conforme determina a resolução 032/2016 TCE/RN, e o art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. O valor do contrato é fixo e irajustável no prazo de um ano contado da data de assinatura deste Termo.

6.2. O objeto será contratado pelo preço ofertado, podendo ser reajustado anualmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA.

6.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A gestão da prestação do serviço a ser executado pela CONTRATADA, caberá à Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros/RN, mediante indicação de um Fiscal de contrato, a quem competirá fiscalizar se a empresa está executando corretamente o objeto contratado, obedecendo a este Termo de Contrato.

7.2. O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



7.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

8.2. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto/Serviço com avarias, defeitos ou prestados de forma insatisfatória

8.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.

9.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

10.2. - Advertência;

10.3. - Multa:

10.4. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia útil, sobre o valor da ordem de compra ou de serviço, em caso de atraso injustificado no início da execução ou na entrega dos produtos definidos na ordem de compra ou serviço, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo primeiro dia útil de atraso, a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação da ordem de compra ou serviço, de forma a configurar inexecução parcial do Contrato

10.5. Compensatória de 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do Contrato;

10.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA

10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal de Pau dos



Ferros/RN, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

10.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções

10.9. - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.10. - Declaração de inidoneidade

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório

11.2. É vedado à CONTRATADA interromper a execução do contrato sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.2. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital

12.3. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.5. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.7. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste Contrato.



14.2. E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Pau dos Ferros/RN, 2021

MARIANNA ALMEIDA NASCIMENTO
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE
CNPJ/MF nº 08.148.421/0001-76

CONTRATADA
CPF

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

